

Dos 13 projetos de lei aprovados na Comissão da Mulher na Câmara, nenhum foi adiante

Criada sob diversas críticas das deputados ligadas aos direitos da mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara dos Deputados, aprovou 13 propostas desde que começou a funcionar, em abril de 2016. Nenhuma delas, contudo seguiu adiante.

[\(Brasil Post, 13/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A maioria dos projetos de lei precisa ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ou nas comissões de Finanças ou de Trabalho antes de seguir para o plenário da Casa. Em alguns colegiados, os textos não têm nem relator designado.

Leia mais: [Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher esclarece matéria publicada pelo site HuffPost Brasil](#)

Entre as propostas, está a que prioriza cirurgias plásticas reparadoras de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) e a que a libera o saque do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para mulheres em situação de violência.

Também está parada a tramitação do PL que assegura a gestantes a gratuidade do repelente contra o *Aedes aegypti*, em resposta à alta incidência em 2015 e 2016 de doenças provocadas pelo mosquito, como a **zika**. Outra proposta pendente é a que acaba com o uso de algemas no parto de detentas.

Aprovado em 6 de julho na Comissão da Mulher, o PL 5.000/16, que estabelece a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo), aguarda desde 19 de setembro o parecer do relator, deputado Lincoln Portela (PRB-MG), na Comissão de Segurança Pública. O texto precisa passar ainda pela CCJ.

A falta de informações sobre crimes de violência doméstica é apontada por especialistas como um dos principais entraves no combate ao problema. Um sistema nacional de dados já está previsto pela [Lei Maria da Penha](#), em vigor há 10 anos, mas nunca saiu do papel.

Também aprovado no colegiado dedicado a pautas femininas em julho, o PLP 238/16 aguarda desde 16 de agosto o parecer do relator, deputado Júlio Cesar (PSD-PI), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e precisa ser apreciado pela CCJ.

O texto inclui ações de combate à violência contra a mulher na lista de exceções à suspensão de transferências de recursos para estados e municípios inadimplentes.

Controvérsia

Apoiada pelo então presidente da Câmara, [Eduardo Cunha](#) (PMDB-RJ), a Comissão da Mulher foi criada sob críticas de algumas deputadas por esvaziar a função de outras estruturas ligadas às causas femininas dentro da Casa, como a Procuradoria da Mulher e a Secretaria da Mulher da Câmara. Ficou definido que temas relativos ao aborto, como o Estatuto do Feto, não serão discutidos pelo colegiado.

Mesmo após o plenário decidir adiar a votação do projeto de resolução que criou a comissão, Cunha manobrou e pautou o texto novamente. Nesse dia, a deputada [Luiza Erundina](#) (Psol-SP) chegou a ocupar a cadeira da presidência da Câmara, em protesto.

“Essa comissão foi elaborada e apresentada à revelia da bancada feminina e dos interesses e conquistas das mulheres nesta Casa”, afirmou, à época.

O comando do colegiado ficou com a deputada Gorete Pereira (PR-CE). Em 2015, ela foi uma das duas únicas deputadas que votou a favor do PL 5069/2013 na CCJ. O projeto inviabiliza o atendimento a vítimas de violência sexual e tem Cunha como um dos autores. Logo após conquistar o cargo, ela [defendeu a criação da comissão ao HuffPost Brasil](#):

“As mulheres são frágeis no corpo e também na alma, então têm de ter um olhar diferenciado para elas.”

Veja outros projetos ligados a direitos das mulheres aprovados pela comissão e pendentes em outros colegiados:

Repelente: o PL 5461/16 assegura o direito de as gestantes receberem gratuitamente repelente contra o mosquito *Aedes aegypti*.

Situação: aprovado em 25 de outubro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e precisa passar ainda pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela CCJ.

Parto sem algemas: o PL 5654/16 é referente ao parto humanizado e que veda o uso de algemas em detentas neste momento.

Situação: aprovado em 25 de outubro na Comissão da Mulher. Aguarda parecer da relatora, deputada Keiko Ota (PSB-SP), na Comissão de Segurança Pública e precisa passar ainda pela CCJ.

FGTS: o PL 5304/16 libera o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para mulheres em situação de violência;

Situação: aprovado em 25 de outubro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho e precisa passar ainda pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela CCJ.

Artistas: o PL 622/15 proíbe o uso de recurso público para contratação de artistas que, em suas músicas, incentivem o preconceito racial, de gênero ou uso de drogas.

Situação: aprovado em 25 de outubro na Comissão da Mulher. Aguarda parecer da relatora, deputada Erika Kokay (PT-DF) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e precisa passar ainda pela Comissão de Cultura e pela CCJ.

Propaganda eleitoral: o PL 349/15 inclui no Código Eleitoral a vedação de propaganda que deprecie a condição da mulher e estimule a discriminação de sexo ou raça.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda

parecer da relatora, deputada Tia Eron (PRB-BA) na CCJ.

Guarda de filhos: o texto original do PL: 2.577/15 tipifica a conduta de mulher que informar fato ilícito a seu companheiro com a finalidade de obter privilégio na ação de guarda de menores. A relatora, deputada Gorete Pereira (PR/CE), incluiu que a norma servirá também para homens.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda parecer da relatora, também a deputada Gorete, na CCJ.

Cirurgias: o PL 2.362/15 prioriza cirurgias plásticas reparadoras de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Formação: o PL 5.345/16 estimula a participação de mulheres moradoras de assentamentos da reforma agrária em cursos da Bolsa-Formação.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho e precisa passar ainda pela CCJ.

Crimes digitais: PL 4.614/16 atribui à Polícia Federal a investigação de crimes praticados na internet que dissemine o ódio ou a aversão às mulheres.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda parecer da relatora, deputada Keiko Ota (PSB-SP), na Comissão de Segurança Pública e precisa passar ainda pela CCJ.

Atendimento prioritário: o PL 5.952/16 garante a vítimas de violência sexual, o atendimento preferencial junto à autoridade policial, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na CCJ.

Teste de gravidez: o PL 6.074/16 trata da possibilidade de inclusão do teste de gravidez na lista de exames médicos demissionais.

Situação: aprovado em 11 de novembro na Comissão da Mulher. Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho e precisa passar ainda pela

CCJ.